



**ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS  
DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

**25ª Assembleia Ordinária do Conselho Deliberativo da Área de Proteção  
Ambiental do Banhado Grande**

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas e quinze minutos em segunda chamada, reuniram-se no Clube Caça e Pesca em Gravataí, os membros do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande para a vigésima quinta Assembleia Ordinária, convocada pela Presidente Interina do Conselho Deliberativo, Sra. Cecília Schüller Nin.

Estavam presentes as seguintes entidades através de seus representantes:

- **ACIVI** – Rafael Goelzer (titular)
- **APN VG** – Sérgio Cardoso (titular) e Tânia Peixoto (suplente);
- **Associação dos Moradores do Banhado do Gravataí** – Juarez Alberto Gomes (titular);
- **Associação dos Moradores do Quilombo Cantão das Lombas** – João Paulo Silva (suplente);
- **Comitê Gravataí** – Maurício Colombo (titular)
- **CORSAN** – Manoel Marcos (titular)
- **DRH/SEMA** – Rafael Eckert (titular)
- **DUC/SEMA** – Cecília Nin (suplente)
- **EMATER RS** – Paulo Viegas (titular)
- **FEPAM** – Claudia Wilf (titular)
- **FIERGS** – Rafael Ferreira (suplente)
- **FIERGS** – Marilene Conte (suplente)
- **FIERGS** – Alicio Eduardo da Silva (titular) e Tiago Pereira Neto (suplente)
- **FIERGS** – Cristiano Weber (titular) e Sylvania Zabolostky (suplente)
- **FZB/RS** – Ricardo Aranha Ramos (titular)
- **ICMBio** – Lisandro Signori (titular)
- **Instituto Curicaca** – Jan Felix Karel Mahler Jr (titular)
- **IRGA/SEAPA** – Ronaldo Woyniok (titular)
- **Legião da Boa Vontade** – Charles Viana (titular) e Humberto Costa (suplente)

- **Lions Club** – Oraclides Garbini (titular)
- **Pref. Municipal de Glorinha** - Odilon Gonçalves (suplente)
- **Pref. Municipal de Gravataí** – Paulo Roberto Muller (titular);
- **Pref. Municipal de Sto. Ant. da Patrulha** – Vinicius Carvalho (suplente)
- **Pref. Municipal de Viamão** – Sandra Berto (suplente)
- **Quinta da Estância** – André Goelzer (suplente)
- **Sindicato Rural de Viamão** – Pedro Silverio (titular)

Também participaram desta Assembléia, como convidados, os seguintes servidores da **DUC/SEMA**: Rafael Erling (chefe DUC), Paola Stumpf (Coord. Plano de Manejo), Luisa Loschkin (Coord. Educação Ambiental), Vanessa Pruch Castro Oliveira (ESEC Aratinga) e Rodrigo Castro Silva (ESEC Aratinga).

Compareceram também os seguintes visitantes: Marthin Zang, Felipe Jasinski e André Oliveira, do **Assentamento Filhos de Sepé**; Norine Paloski, Vanessa Melgaré, Thiago Kiffer, Nestor Imhoff, da **APN-VG**; Leslie de Toledo, do **Fórum Mundial da Educação**.

A Presidente Interina do Conselho Deliberativo, Sra. Cecília, deu início à reunião dando as boas vindas aos Conselheiros e agradecendo aos colegas da DUC/SEMA pelo apoio, também à APN-VG pelo espaço. Após fazer um breve relato sobre eu histórico profissional a fim de apresentar-se aos conselheiros, iniciou a pauta da reunião.

#### **Pauta 1. Aprovação da Ata da Assembleia Anterior (07 de abril de 2014)**

Cecília perguntou aos conselheiros se todos haviam recebido a ata por e-mail e se gostariam de fazer alguma consideração. Jan (CURICACA) manifestou-se dizendo que sua representação era como titular e não como suplente, como constava na ata. Não havendo mais nenhuma consideração a ata foi aprovada.

#### **Pauta 2. Apresentação sobre Plano de Manejo:**

Cecília convidou a colega Paola, responsável pela Coordenação de Plano de Manejo da Divisão de Unidades de Conservação, para conversar sobre a elaboração do Plano de Manejo. Paola iniciou falando sobre a importância de um plano de manejo para uma unidade de conservação, em especial quando esta Unidade prevê o desenvolvimento sustentável, ou seja, a gestão de um território que possui recursos que devem ser compartilhados sendo que cada pessoa possui um interesse diferente sobre cada recurso, sendo que cabe ao poder público mediar estas relações para um bom uso deste território através de uma intervenção de qualidade. Para esta intervenção o poder público utiliza ferramentas tais como o licenciamento e também a gestão

das Unidades de Conservação, sendo que estas unidades são divididas em duas categorias, são elas: proteção integral, como é o caso do Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos; e de uso sustentável, como é o caso desta APA. Levando-se em conta que no caso da última existem pessoas morando em suas propriedades, torna-se necessário que a gestão desta Unidade trabalhe para garantir a qualidade ambiental, mas também assegurar a qualidade de vida das populações que nela residem, tendo em vista que as decisões tomadas afetam diretamente a vida dessas pessoas. No caso da APA do Banhado Grande, são aproximadamente 137 mil hectares. Para fazer a gestão desta imensa área é importantíssimo que a Unidade conte com Plano de Manejo, sendo este um documento formal e oficial que contém normas e ordenamento do território e ações desejadas. A estrutura do Plano de Manejo por quatro componentes, sendo: componente descritivo com a caracterização da UC e entorno; componente analítico como alcance do Plano de Manejo, ou seja, onde queremos chegar; componente normativo com o zoneamento territorial; e componente propositivo com os programas de gestão. A elaboração deste plano possui dois grandes desafios que estão relacionados à complexidade da UC e da região. Outro desafio bastante importante também é de garantir qualidade no processo de elaboração, e cabe destacar que para o sucesso deste plano é importante o envolvimento do conselho. No caso da APA do Banhado Grande o termo de referência foi elaborada em março de dois mil e dez e está aguardando liberação da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ) para dar início ao processo. Paola destaca que o recurso para Plano de Manejo é oriundo de Medida Compensatória da REFAP, e já possui Plano de Trabalho aprovado técnica e financeiramente pela SEMA. Paola relata ao grupo que no dia 29 de outubro foi realizada uma oficina para tratar do plano de manejo onde esteve presente a equipe da DUC e também a equipe da FZB. Lisandro perguntou qual seria o valor reservado para o Plano de Manejo. Paola respondeu que está destinado em aproximadamente novecentos mil reais, e já tem aprovação da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA). Lisandro (ICMBio) perguntou se este valor passa por correção. Paola respondeu que acredita que sim. Jan (CURICACA) perguntou o motivo de o valor estar trancado, uma vez que é referente à medida compensatória. Rafael (Chefe DUC) explicou que a REFAP vinha repassando pequenos valores ao estado, referente a algumas aquisições, porém precisavam encerrar este pagamento e então optaram por depositar todo valor em uma conta do Estado e assim receberam a liberação que precisavam, sendo a única destinação a proceder desta forma. Lisandro perguntou se este valor está depositado no caixa único do Estado. Paola respondeu que não, está depositado em uma conta específica para este fim. Lisandro (ICMBio) perguntou se o Estado poderia estar fazendo uso deste recurso. Paola respondeu que não. Sandra (Pref. Viamão) perguntou se existiria outro recurso que a Unidade poderia utilizar tendo em vista a dificuldade em acessar este. Rafael (chefe DUC) respondeu que no momento não existiria outro recurso que a APA pudesse utilizar. Cecília (APABG) explicou que no momento a APA do Banhado Grande conta com este recurso, além do recurso da Transpetro que já está destinado à

construção da sede administrativa da UC. Rafael (chefe DUC) acrescentou dizendo que não se tem expectativa de entrada de um novo recurso. Luisa (DUC) destacou que APAs recebem recurso apenas em casos de impactos diretos na instalação de um empreendimento, e diz que seria muito importante que este colegiado manifestasse, nesse momento, se está preparado para apoiar a gestão da UC neste longo processo de construção do Plano de Manejo. Acrescentou ainda, que é importante que já se pense como será o uso desta área e também nas dúvidas que se tem sobre esse processo. Paola destacou que a participação está prevista, mas precisamos definir de que forma ela se dará. Luisa (DUC) destacou que quando perguntado se havia interesse em manter a Câmara Técnica, os conselheiros manifestaram positivamente. Lisandro (ICMBio) pediu para que cada conselheiro, antes de manifestar-se, informasse seu nome e a entidade que representa, facilitando assim para que todos se conheçam. Pedro (Sind. Rural de Viamão) fala sobre a importância da participação das pessoas neste processo, e sendo o Licenciamento Ambiental uma ferramenta de gestão, questiona como ela se fará nos casos de barramento. Pergunta como poderá ser utilizado o licenciamento para controle de vazão do Rio Gravataí e critica a morosidade no processo de licenciamento para irrigação. Cecília (APABG) explicou que o Plano de Manejo será elaborado pela FZB, e que a resposta para essa pergunta deverá estar contemplada no Plano de Manejo, que dará diretrizes sobre as questões levantadas. Paola complementa que na ausência do Plano de Manejo não se tem nenhuma estratégia definida. Em resposta a colocação de Luisa (DUC), Tiago (FIERGS) manifestou-se dizendo que este colegiado já está preparado para discutir questões pertinentes ao Plano de Manejo da APA desde dois mil e dez, porém, ainda não se conhece o Plano de Trabalho, e sem este conhecimento não entende como a FIERGS poderia contribuir neste processo. Coloca ainda que este colegiado precisa de mais conhecimento sobre a situação, que precisa entender claramente o que a SEMA está precisando e de que forma cada entidade pode contribuir. Tiago destacou que sente que este grupo está bem preparado. Manoel (CORSAN) manifestou interesse em conhecer o Plano de Trabalho e ressaltou que a data limite para assinaturas de convênios é sete de julho e disse que vê com bons olhos o trabalho da FZB, porém é preciso que se tenha decisões rápidas, pois o tempo é curto. Manoel destaca ainda que, acompanhar este processo é papel deste conselho. Cecília (APABG) disse que a Paola teria o Plano de Trabalho disponível e caso fosse do interesse dos conselheiros poderia mostrá-lo neste momento. Paola (DUC) destacou que esse plano não fora exposto em um primeiro momento para que se tivesse antes uma conversa de entendimento sobre alguns pontos fundamentais sobre Plano de Manejo, não desconsiderando que a divulgação desse documento seja importante. Então se sugeriu que o Plano fosse enviado por e-mail. Tiago (FIERGS) ressaltou que a Câmara Técnica não se reúne desde dois mil e dez. Tânia (APN-VG) enfatizou que o grupo não havia mais se reunido em razão das demandas urgentes. Manoel (CORSAN) sugeriu que fosse enviado por e-mail o Plano de Trabalho e também o Termo de Referência. Cristiano (FIERGS) manifestou-se dizendo

que entende que o processo de elaboração do Plano de Manejo da APA do Banhado Grande não é simples, pois tem a missão de compactuar interesses, e coloca que grupo está preparado, porém, talvez os representantes que participam do Conselho há pouco tempo precisem de mais informações. Cristiano ainda salientou que este plano deve atender questões ambientais, sociais e econômicas, deixando-o ainda mais complexo, e destaca que também gostaria de conhecer o Plano de Trabalho. Paola sugeriu que fosse utilizado o método que foi utilizado e funcionou muito bem com a Reserva Biológica da Mata Paludosa, onde o documento foi enviado por e-mail, e à medida que as dúvidas iam surgindo, fazia-se micro reuniões para esclarecimento, sobre as dúvidas que cada um tinha, funcionando como um nivelamento de informações. Manoel (CORSAN) destacou que neste momento a leitura do Plano de Trabalho seria apenas para conhecimento, pois qualquer alteração teria que zerar este plano e recomeçá-lo, ressaltando que isto traria retrocesso no trâmite. Rafael Ferreira (FIERGS) destacou que este colegiado é um conselho deliberativo e por isso não deveria ser apenas consultado. Resgatando a colocação de Pedro (Sind. Trab. Rurais de Viamão), Claudia (FEPAM) explicou que o processo de licenciamento não é tão simples, e o que o torna mais lento é a falta de regramento, destacando também que muitas vezes a demora no processo não é de responsabilidade da FEPAM, sendo a maioria das vezes fatores externos, como dos técnicos contratados que não atendem as complementações, e que acabam interferindo na morosidade do processo. Manoel (CORSAN) destacou que com o Plano de Manejo esta questão também se tornará mais simples, pois o que está dentro da UC estará previsto no Plano de Manejo. Marilene (FIERGS) pediu que se tivesse mais clareza sobre o uso de recurso das medidas compensatórias, e também questionou de que forma o conselho pode agir. Paulo (Pref. Munic. de Gravataí) disse não entende o motivo pelo qual não está sendo dado andamento a esta questão, pois existe o recurso e só não está acontecendo agilidade política. Cecília (APABG) perguntou aos conselheiros se existe interesse em enviar um ofício para Secretaria da Fazenda pedindo esclarecimentos e agilidade no processo. Manoel (CORSAN) aponta que a maneira como a SEMA vinha utilizando o recurso oriundo da REFAP foi o motivo pelo qual a empresa teve de tomar esse procedimento de depósito. Tânia (APN-VG) disse que acharia mais interessante que fosse convidado alguém da SEFAZ para esclarecer a situação, assim o grupo saberia como proceder e também seria interessante a presença do Secretário do Meio Ambiente do Estado. Rafael Ferreira (FIERGS) sugeriu que fosse convidado uma pessoa do jurídico da SEMA para esclarecer o uso desse recurso, pois afirma que existe um acordo jurídico e ressaltou que este valor não deveria estar na conta destinada ao FUNDEFLO. Paola (DUC) destacou que o caso de medida compensatória costuma não passar pela SEFAZ, mas no caso da REFAP que já estava com essa pendência há aproximadamente doze anos, decidiu-se por fazer o depósito de todo recurso, devido a baixa capacidade de execução por parte da SEMA. Paola ainda destacou que o recurso está depositado com finalidade específica e não poderia ser utilizado de outra forma. Mencionou ainda que a Secretaria da

Fazenda informou que este caso está sendo repassado à Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira - JUNCOF - devido a insistência da SEMA quanto a este assunto. Cecília (APABG) perguntou se existe interesse em enviar um documento ao Secretário convidando para reunião. Paulo (APN-VG) manifestou-se dizendo que seria interessante, pois seria mais uma maneira de pressionar a Secretaria da Fazenda. Cecília (APABG) perguntou se o conselho teria interesse em elaborar o documento. Lisandro (ICMBio) disse que seria interessante, pois atenderia bem aos anseios do grupo. Cecília perguntou quem poderia redigir. Lisandro colocou-se à disposição. Sandra (Pref. Munic. Viamão) mencionou um documento elaborado por conselheiros que solicitava a suspensão da Ação Civil Pública por sessenta dias e acrescentou que seria complicado esperar o tempo de resposta da Secretaria da Fazenda tendo em vista que se tem pouco tempo para assinatura do convênio devido às restrições do período eleitoral, sendo necessária uma ação mais rápida e enérgica. Também sugere uma reunião com Secretários e Prefeitos das cidades envolvidas. Tiago (FIERGS) acrescentou que o conselho precisa de uma resposta concreta, tendo em vista que só depende de mais uma assinatura para dar início a elaboração do plano de manejo, e por isso seria interessante conversar diretamente com a pessoa que tem o poder de liberar. Lisandro (ICMBio) concordou que há necessidade de uma atitude mais enérgica. Cecília pergunta se o grupo teria algo para sugerir. Lisandro acrescenta que uma manifestação do conselho talvez não resolva a situação, mas é o que se pode fazer neste momento, e se dispõe a redigir o documento. Jan (CURICACA) sugeriu que fosse marcada uma reunião extra ordinária, e que ela fosse realizada em Porto Alegre, afim de facilitar o comparecimento de todos. Rafael Ferreira (FIERGS) falou que esta questão poderia ser resolvida juridicamente, pois existe um acordo para o uso deste recurso. Lisandro disse que a reunião seria interessante e que o caso deveria ser levado às prefeituras para que os prefeitos interviessem politicamente no caso. Tiago (FIERGS) manifestou-se dizendo que esta é uma atribuição do governador. Cristiano (FIERGS) destacou que a situação em que se encontram os municípios está prejudicando sua economia. Tânia (APN-VG) manifestou-se dizendo que seria interessante que a presidente fizesse o documento e enviasse, pois assim seria mais rápido. Luisa (DUC) destacou que neste caso a presidente do conselho é a gestora da Unidade de Conservação e que poderia ser bem interessante descentralizar esta ação. Tânia (APN-VG) respondeu dizendo que ela gostaria que este conselho tivesse um vice presidente para estes casos. Lisandro (ICMBio) acrescentou dizendo que seria mesmo interessante que o documento fosse redigido por conselheiros, demonstrando que o grupo tem grande interesse pelo assunto. Paulo (APN-VG) disse que é importante citar a ata desta reunião onde o grupo demonstra grande preocupação com a situação do Plano de Manejo da Unidade de Conservação. Tânia (APN-VG) sugeriu que o documento fosse entregue na reunião.

Encaminhamento: Envio eletrônico dos seguintes documentos referentes ao Plano de Trabalho do Plano: Termo de Referência, Plano de Trabalho e

relatório da oficina com FZB. Elaboração de um documento solicitando esclarecimentos e tomada de medidas urgentes quanto ao recurso referente ao Plano de Manejo, que deverá ser destinado ao secretário da fazenda do Estado, secretário do meio ambiente do Estado, Ministério Público e Prefeituras Municipais dos 13 municípios atingidos pela Ação Civil Pública. Os conselheiros Lisandro (ICMBio), Jan (CURICACA) e Sandra (Pref. Munic. Viamão) ficaram responsáveis por elaborar o documento.

Ficou definida uma assembleia extraordinária para o dia 13 de junho de 2014 convidando os representantes das autoridades envolvidas (SEFAZ, SEMA, MP e Municípios), onde será entregue o documento do conselho.

### **Pauta 3. Ação Civil Pública**

Tiago (FIERGS) - que foi o coordenador do GT responsável pela elaboração do documento do conselho relativo à ACP que foi destinado ao Desembargador responsável pelo caso e para o Secretário da SEMA - agradeceu aos conselheiros que contribuíram para elaboração do documento que foi citado pela conselheira Tânia (APN-VG), destacando que o documento foi trabalhado por e-mail e elaborado dentro do prazo, e coloca que continua à disposição para contribuir com o grupo. Tânia parabeniza Tiago pela elaboração do documento. Luisa (DUC) destacou que a participação do conselho foi muito linda. Lisandro (ICMBio) perguntou se foi recebido algum retorno. Rafael (chefe DUC) respondeu que oficialmente a DUC não tem nenhuma resposta a respeito da decisão da suspensão pelo judiciário. Sandra (Pref. Munic. Viamão) afirma que houve despacho do desembargador, suspendendo a decisão que proíbe a emissão de autorização da gestora da APABG para licenciamento ambiental pelo prazo de 60 dias. Rafael (chefe da DUC) coloca que até o momento não houve nenhuma comunicação do jurídico da SEMA e da Procuradoria Geral do Estado sobre essa decisão e demonstra surpresa, uma vez que a comunicação entre esses tem sido constante. Tiago (FIERGS) perguntou por que apenas obras de utilidade pública teriam autorização. Rafael (DUC) respondeu que seria um acordo entre todas as partes buscando normatizar as ações.

### **Pauta 4. Relatório da Gestão 2014**

**Estruturação da UC:** Cecília informou que no período de novembro/14 a janeiro/15 a gestão da APA do Banhado Grande ficará a cargo do Chefe da DUC, tendo em vista que as duas técnicas ambientais estarão em Licença Maternidade. Cecília destacou que a UC continua não contando com agente administrativo, e que apesar da publicação do edital de concurso da SARH, onde está previsto vagas para SEMA, não há disposição de vagas para UCs. Quanto à sede administrativa da UC, afirma que o impasse jurídico entre o modelo de documento a ser firmado entre SEMA (termo de compromisso) e TRANPETRO (convênio) ainda não foi resolvido. Mas, que enquanto isso não se define, o arquiteto da SEMA, apesar de sobrecarregado com reformas em

outras UCs, já está trabalhando no projeto, e que espera-se ser executado assim que o recurso for liberado.

**Educação Ambiental e Divulgação:** a equipe da UC participou de um Mutirão Social em Águas Claras onde se teve oportunidade de divulgar a UC. Ficou evidente que as pessoas demonstraram já conhecer o Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, mas não tinham conhecimento da APA do Banhado Grande.

**Proteção:**

Quanto à sinalização foi solicitado as empresas a colocação de placas rodoviárias, que serão implantadas com recursos das responsáveis pelas rodovias. Quanto as placas em estradas municipais, pontos críticos e àquelas informativas, serão instaladas com recursos próprios da APABG.

Sobre a questão dos licenciamentos, estes ficam divididos em dois grupos, sendo de áreas que estão dentro da UC e as áreas que ficam no raio de dez quilômetros. Para áreas que estão dentro, hoje não existe nenhuma orientação e o ideal é que se tenha uma portaria de normatização, e as áreas que estão no raio de dez quilômetros hoje é solicitado autorização para toda e qualquer atividade que cause potencial impacto.

Cecília também destacou a questão da erosão dentro da APA, sendo que esta tem aumentado bastante tornando-se a principal ameaça para o banhado Chico Lomã. Informou que já se tem outras áreas que também estão sofrendo com o processo erosivo, como é o caso da Fazenda 4 Irmãos. Tânia (APN-VG) perguntou se estava sendo executado o plano na minimização dos impactos indicados pelo IPH. Luisa (DUC) informou que desde que relatório do IPH foi entregue o processo está com o Diretor do DEFAP para encaminhamento. Cecília informou que a respeito deste assunto já se tem essa pesquisa realizada pelo IPH e está em andamento uma pesquisa coordenada pelo sensoriamento remoto da UFRGS, que prevê o estudo das causas e medidas de contenção. Tânia (APN-VG) manifestou-se dizendo que seria mais interessante uma solução imediata para o caso do que mais estudos a respeito. Lisandro (APN-VG) coloca que desconhecia o assunto e que Paulo (APN-VG) elucidou a problemática em poucos minutos. Paulo (APN-VG) acrescentou que os problemas com o banhado começaram em mil novecentos e sessenta e dois, e que deveria ser feita uma barragem a fim e fazer a renaturalização do rio Gravataí. Cecília destacou que para se ter uma solução a longo prazo para essa problemática é primordial que se conheça sua origem, e que renaturalização e barragem eram coisas distintas. Lisandro (ICMBio) destacou que para se chegar à solução se tem todo um processo burocrático, e que antes de qualquer ação é necessário que se entenda suas causas. Jan (CURICACA) acrescentou dizendo que existem conselheiros novos e seria interessante um nivelamento de conhecimento a cerca deste assunto. Tânia (APN-VG) sugeriu que o conselheiro Mauricio Colombo (Comitê Gravataí) - que não estava presente no momento - fizesse esta apresentação. Ricardo (FZB) destacou que o Plano de Manejo trabalhará estas questões.

Cecília informou que quanto ao Conselho já se tem nova portaria, porém a mesma já está desatualizada, pois o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de



Santo Antônio da Patrulha pediu para sair, sendo que na atualidade este Conselho possui uma vaga em aberto. Cecília perguntou aos conselheiros se teriam alguma sugestão para essa vaga, pois será realizado o aviso público. Lisandro perguntou como é realizado este aviso público. Lisandro (ICMBio) questiona como é feita a divulgação do Aviso Público. Luisa (DUC) respondeu que se costuma fazer através dos conselheiros, pelo Diário e Oficial e a página na internet da Secretaria.

Quanto aos encaminhamentos da reunião anterior sobre os Planos de Saneamentos Municipais, Cecília apresentou as respostas dos municípios de Gravataí, Glorinha e Santo Antônio da Patrulha e informou que Viamão até o momento não havia respondido as questões sobre obrigatoriedade de residências ligarem-se ao sistema e também sobre como se dará a participação social no plano e sua execução. Cecília informa que irá enviar por e-mail essa questão em virtude do adiantado da hora.

Quanto ao PIUMA/TIUMA, Cecília coloca que por haver trocado o diretor, o mesmo não pode atender a solicitação de apresentação do programa para o Conselho. Então perguntou se os conselheiros teriam interesse em convidar alguém para esclarecer ao grupo questões relacionadas ao PIUMA/TIUMA. Jan (CURICACA) respondeu que a pauta já está bastante extensa para a próxima reunião. Cecília acrescenta que a questão ficará para uma outra oportunidade.

#### **Pauta 5. Assuntos Gerais:**

Cecília informou que a próxima reunião ordinária será em quatro de agosto no município de Glorinha.

Não havendo nada mais a ser acrescentado, a Presidente Interina do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, Sra. Cecília Schüler Nin encerrou a reunião, e eu, Vanessa Pruch Castro Oliveira, lavrei a presente ata.